

Regresso ao Maio de 1968

Quarenta anos depois do Maio de 1968, portanto há dez anos, Daniel Bensaïd, à época da revolta dirigente da JCR (Jeunesse Communiste Révolutionnaire), criada por militantes expulsos da UEC (Union des Étudiants Communistes), fundador do Movimento 22 de Março durante a ocupação da universidade de Nanterre e logo depois fundador da LCR (*Ligue Communiste Révolutionnaire*), foi entrevistado sobre os seus escritos e sobre os dias dos tumultos e da esperança revolucionária. A entrevista conta em detalhe as dificuldades de uma pequena organização, com muita influência estudantil e pouca presença operária, num contexto de grande viragem política, e reflete também sobre os problemas estratégicos da relação entre partidos, de políticas unitárias, de respostas governamentais e de mobilização popular.

Entrevista de Francis Sitel | Tradução de Luís Leiria

Critique Communiste: Para começar esta entrevista, gostaria que falasses sobre o livro que escreveste com Henri Weber na própria altura dos acontecimentos, *Maio de 68, um ensaio geral*[1], livro que evidentemente tem marcas de idade, mas que merece voltar a ser lido neste quadragésimo aniversário...

Daniel Bensaïd: Esse livro foi escrito no decorrer do verão de 1968, sem qualquer distanciamento em relação aos acontecimentos. Pelo que recordo - em relação ao conteúdo do livro, mas provavelmente é um sentimento reconstruído -, a preocupação era pôr ênfase nas possibilidades abertas. Isto na forma de “o que teria sido possível se...”: se tivéssemos tido um partido diferente, se tivéssemos tido outra implantação no movimento operário... quer dizer, imaginando um PC que não seria o PC, uma CGT diferente da CGT... Portanto, uma forma de pedagogia.

Mas, ao mesmo tempo, quando refletimos sobre o nosso projeto político, temos mais consciência da realidade política. Surgiram imediatamente dois problemas. Em primeiro lugar, a consciência dos limites da nossa organização - à exceção do

PSU [partido à esquerda do PS, que depois desapareceu, então liderado por Rocard], era uma característica de todas as organizações surgidas da crise da UEC [organização estudantil do PCF] - cuja composição era estudantil em 90% ou mais. Daí o imperativo de iniciar uma transformação sociológica, e para isso não ceder às esperanças de uma retomada do movimento, que podia manifestar-se no decurso do verão e no outono, mas, pelo contrário, estar atentos aos efeitos de decomposição causados pelo refluxo tais como se manifestavam, não ficando prisioneiros deles. Era claro no movimento estudantil: para preparar o congresso da UNEF de dezembro de 1968, reuniu-se um encontro intermediário em julho, em Grenoble. Já se sentiam os efeitos nocivos da frustração.

Por isso, era preciso travar uma batalha na contracorrente da vaga espontaneísta. Daí a insistência prioritária na ideia do partido. Paralelamente, no seio do PCI [secção francesa da IV Internacional], existia a ideia de que um acontecimento como aquele punha na ordem do dia novas possibilidades. Foi a dupla proposta, durante o verão, de adesão à IV Internacional, portanto a fusão entre o PCI e a JCR [organização revolucionária juvenil criada por ex-militantes da UEC], e da fusão com a Lutte Ouvrière [organização trotskista]. Eu não era militante do PCI e descobri estas perspectivas através de discussões com Henri Weber e Charles Michaloux, mas tudo isto estava como pano de fundo do livro e da sua ideia central: “É preciso um partido revolucionário”.

Para aqueles que vinham do trotskismo, a perspectiva era evidentemente a de uma recomposição do movimento trotskista como resposta ao espaço aberto. Para mim, isto entrava em ressonância com uma forma obsessiva de leninismo: redigia à pressa, durante esse mesmo verão de 1968, a minha dissertação de mestrado sobre Lenine e a noção de crise revolucionária. Estava completamente abastecido de textos, em particular os do jovem Lenine de antes de 1905, sobre os inícios do partido. São estas as preocupações que encontramos no livro.

Critique Communiste: O título apelativo da obra parece-me ter eclipsado as questões que nele são levantadas. A analogia com 1905 leva a reter apenas o imperativo do partido revolucionário como resposta ao que “faltou” em maio de 1968. Ora, este livro é muito mais rico na sua reflexão e extravasa amplamente esta única dimensão, abordando, por exemplo, as questões da auto-organização, do duplo poder...

Daniel Bensaïd: É possível que haja um problema de *timing* e que na minha

recordação se misturem momentos distintos. No verão de 1968, ainda estávamos mergulhados nos acontecimentos e, portanto, também maravilhados diante das possibilidades levantadas. Uma coisa era ser expulso ou sair - um pouco das duas coisas - do PC, explicando que todas as histórias sobre o aburguesamento da classe operária tinham os seus limites, outra coisa era deparar-se, dois anos depois, com uma greve geral! Esta confirmação-revelação, na sequência de uma batalha contra um aparelho burocrático, incentivava à descoberta e à valorização das mínimas experiências de auto-organização - os soviets de Saclay, a CSF de Brest, os comités de ação... - mesmo de maneira excessiva.

Mas estava alimentado de uma das boas dimensões da herança trotskista, a de Ernest Mandel, mesmo antes da publicação da sua antologia sobre a autogestão, o controlo operário... Na UEC, tínhamo-nos formado com os *Cahiers du Centre d'Etudes Socialistes*, que repercutiam os debates na esquerda sindical italiana com Bruno Trentin, e também as contribuições de Gorz, Mandel, Naville e Serge Mallet sobre a teoria das "reformas estruturais anticapitalistas", pseudónimo, a nosso ver, das reivindicações transitórias...

Assim, uma das nossas primeiras leituras heterodoxas no seio da UEC em Toulouse foi a do livro de Gorz sobre o neocapitalismo e a estratégia operária. De uma forma semiconsciente, esta temática transitória surgia nestes debates, e foi neste fundo que surgiu a greve geral com as suas experiências apaixonantes.

Na sequência, o sentimento de necessidade de fazer a delimitação, na contracorrente, sem dúvida esmagou esta problemática da articulação, neste movimento diversificado, entre diferentes níveis de consciência e diferentes ritmos de mobilização. Trata-se provavelmente mais do ano de 1969. No movimento estudantil, foi a nossa brochura intitulada *O segundo fôlego (Le deuxième souffle)*, violentamente polémica com as correntes maoístas: estávamos então "em guerra" para nos definirmos e afirmarmos, com os excessos que daí podem resultar... O congresso de fundação da Liga foi dominado por este endurecimento: a ideia da luta proletária contra o espontaneísmo, a obsessão de não ser levado pelo refluxo. Donde uma polémica, à distância, com a herança do grupo *Socialisme ou barbarie*. Em 1968, estávamos, portanto, mais numa cultura transitória do que um ano depois. Houve nessa altura uma inflexão esquerdista e a exacerbação das polémicas. Quando o refluxo se confirmou, o debate interno foi marcado por excessos de todas as partes.

Tudo isto foi ainda reforçado por prognósticos de curto prazo: apesar de a fórmula só ter vindo dois ou três anos depois, desenhava-se a ideia, sustentada nomeadamente por Mandel, de uma “crise revolucionária europeia em cinco anos”. Isto não parecia tão delirante tendo em vista o Maio italiano, a crise da ditadura franquista, as greves britânicas. Ela dava uma atualidade imediata à ideia de “ensaio geral”, que tínhamos usado para título do livrinho sobre 68. Entretanto não éramos os únicos, todas as correntes estavam obcecadas pela preocupação de se delimitarem em relação às outras: a partir do momento em que prevíamos a chegada de uma verdadeira crise revolucionária, era preciso forjar, com a maior rapidez que pudéssemos, a ferramenta mais afiada possível. E a Revolução, senão Deus, reconheceria o seu povo...

Critique Communiste: A acusação de traição feita ao PC, mesmo que justificada, não se arriscava a levar a uma visão redutora do que foi o seu papel efetivo? Isto na base de uma orientação coerente articulando a recusa de apostar na dinâmica da mobilização, denunciada como conduzindo à guerra civil, e a necessidade deste grande movimento reivindicativo obter ganhos, enquanto esperava a necessária unidade da esquerda como solução política?

Daniel Bensaïd: Era de facto uma orientação racional e coerente, por isso foi eficaz. Mesmo que 1968 tenha marcado o início do seu declínio, o PC recrutou então, com essa linha política, militantes que se aproximavam dele não por convicção revolucionária, mas na base de uma orientação em concordância com uma linha reformista no seio das instituições como elas são, de acordo com a coerência entre uma frente sindical razoavelmente reivindicativa e uma frente eleitoral paciente. Isso explica que no seu seio as ruturas tenham sido pequenas e a crise muito lenta. Em contrapartida, e diferente de 1936 ou 1945, o PC não captou o grosso das forças vivas, que em parte se dispersaram sindical e politicamente nas diferentes correntes da nova esquerda radical.

É preciso acrescentar que esta estratégia era congruente com o Estado providência, senão não teria podido andar. Porque há uma dimensão de “recuperação” na obra do Maio de 68. Tínhamos razão de proclamar que, em relação a um movimento tão forte, a contabilidade não era compatível, nem em Grenelle nem depois. Mas isto não quer dizer que o que foi obtido fosse insignificante. Hoje, a direita quer retomar tudo, confirma-se que as conquistas não eram tão negligenciáveis.

Critique Communiste: Quando foi posto o problema de uma alternativa governamental, em torno das jornadas de maio, com Charléty e a manifestação da CGT, quais foram, para nós, os debates sobre estas questões?

Daniel Bensaïd: É preciso lembrar, em primeiro lugar, sem cultivar o autodesmerecimento, o caráter problemático de “nós”, um minúsculo grupo de estudantes. Reuníamo-nos para “debater”? Não exatamente! Recordo uma grande febrilidade.

Com Guy Hocquenghem, eu estava encarregado de fazer o boletim diário *Hoje*, onde eu escrevia um pouco do que nos passava pela cabeça no dia a dia. Houve algumas discussões. Penso que tínhamos medido bem a crise com o bloqueio dos acordos de Grenelle, a partida de De Gaulle. Estávamos conscientes da sua importância. Que alguma coisa estava em jogo nestas horas decisivas. Em contrapartida, como os manifestantes que passavam indiferentes diante da Assembleia, interessávamo-nos pouco pelas declarações de Mitterrand, que eram uma espécie de ruído de fundo. Como mostrou um debate recente com J. Sauvageot e A. Béhar, o PSU estava muito mais envolvido, tinha responsabilidades e alternativas pensadas, com a UNEF, o seu peso na CFDT, o SNES-Sup... Sem ter as chaves da situação na mão, as suas decisões incidiam na realidade. A nossa posição, pela força das coisas (a nossa pequenez e marginalidade) era mais propagandista.

Sem mitificar nada, podemos considerar que o PCI discutiu estas questões quando avançou a perspectiva de um governo da esquerda apoiado nos sindicatos. Nas suas recentes declarações, Séguy evoca esta mesma possibilidade. Tratava-se de uma fórmula pedagógica levando em conta os diversos parâmetros da situação: o governo proposto por Mitterrand não estava à altura, e faltava realidade a um governo responsável diante de soviets que não existiam... A direção real da greve era a dos sindicatos. Havia, portanto, uma certa lógica na fórmula, mas pouca credibilidade.

Do lado da JCR, por instinto, tínhamos improvisado uma boa resposta, que era de ir às duas iniciativas, a concentração de Charléty no dia 27 de maio e a manifestação da CGT a 29. No decorrer desta última, tentámos retomar a palavra de ordem “Governo Popular, sim, Mitterrand-Mendès, não!” Esta pedagogia pela negativa, em suma, desenvolvendo a desconfiança em relação à recuperação parlamentar, encontrou evidentemente eco no seio do cortejo cegetista. Mas tudo

isto era feito num improviso total e fazia parte do exercício político.

Uma ilustração: na noite do incêndio da Bolsa, Henri Weber, Alain Krivine e eu próprio encontrámo-nos na casa do Alain. Henri disse que era preciso deixar de ceder ao ativismo para refletir sobre as propostas a apresentar no dia seguinte. De madrugada, Alain, ouvindo na rádio que a manifestação continuava e que a Bolsa estava em chamas, decidiu que era preciso ir lá, mas Henri opunha-se. Eu era o mais jovem, tinha vontade de agir, e pensava que teríamos sempre tempo para refletir. Segui Alain numa deambulação até à alvorada, no meio de restos fumegantes de barricadas ridículas. E acabámos por ser presos numa camionete sem identificação, de polícias ou de espiões, na esquina do boulevard Raspail!

Não havia pausa, era um turbilhão permanente, e não tínhamos quaisquer meios: a tinta, os duplicadores, a gasolina chegavam-nos graças aos camaradas belgas... Era preciso compreender que o essencial já não dependia de nós e que a nossa responsabilidade era de dizer coisas sensatas numa situação sobre a qual já não tínhamos controlo. Consagramos o essencial da nossa energia às escolas de formação diárias na Sorbonne, com uma repercussão importante: o grande anfiteatro cheio todos os dias! Intuitivamente tínhamos compreendido que o importante era explicar onde se encontravam os limites da situação, em vez de acompanhar a fuga em frente para um impasse ou de partilhar as responsabilidades das grandes organizações, o que teria como resultado sermos levados pela vaga do refluxo, como foram a maior parte dos grupos.

Critique Communiste: Quando relemos os textos do PCI da época, em particular os de Pierre Frank[2], chama a atenção a distância entre uma visão um pouco exaltada - evoca-se a revolução socialista em marcha! - e propostas táticas precisas, incluindo palavras de ordem governamentais.

Daniel Bensaïd: A extrapolação quanto ao possível, combinada com a consciência da relação de forças real! Uma mistura de exagero propagandista, de otimismo da vontade e de realismo: este duplo registo, para uma organização revolucionária, é inevitável. Ao que temos de acrescentar os parâmetros próprios de Pierre Frank, que tinha ao mesmo tempo a cultura trotskista clássica e era admirador de Blanqui. Tanto mais que depois de uma longa travessia do deserto havia todos os motivos para se entusiasmar diante de acontecimentos como aqueles.

É preciso lembrar que esta cultura trotskista clássica era pouco partilhada: os textos de Trotsky em francês eram raros e sem dúvida mais lidos depois do que antes de Maio de 68. A memória política, a da Frente Popular e de todo este período, repousava em alguns quadros mais velhos (Daniel Guérin, Danos e Gibelin sobre a Frente Popular), dos quais alguns, mais sensíveis à lógica transitória do que Pierre Frank, tinham-se dispersado pelo PSU, pelos pablistas, no movimentismo de *Socialisme ou barbarie*, etc.: o fio de continuidade fora mantido, mas estava enfraquecido pelas diversas cisões.

Para nós, a transmissão fez-se principalmente pelo intermédio de Ernest Mandel. Mas, por altura do Primeiro Congresso da Liga, ficámos desconfiados em relação à dimensão transitória, mesmo em relação a Mandel. Temíamos, pelo menos alguns entre nós, que no refluxo e com a deterioração da relação de forças, as reivindicações transitórias abrissem a via a uma cogestão puramente reformista, mais do que ao controlo operário.

A recente publicação *online* de um velho artigo sobre Lenine e Rosa que saiu na *Partisans* em janeiro de 1969 e assinado por mim e por Samy Naïr[3], em pleno congresso da Liga, levou-me a fazê-lo acompanhar de uma introdução para o relocalizar no contexto e indicar que se trata de um texto esquerdista. É marcado pela influência de Poulantzas: face aos aparelhos de Estado, a única oposição séria é o partido. Esta lógica, levada ao extremo, podia conduzir a um vanguardismo, incluindo militar. Tratava-se então de um endurecimento teórico, que se traduziu numa hesitação diante dos esquemas de Mandel sobre os diferentes níveis de consciência e as reivindicações que devem corresponder-lhes. Estas evoluções têm evidentemente de ser contextualizadas. Muitas formulações têm a ver com as polémicas da época e a um certo voluntarismo de sobrevivência nos anos 1970: a cisão de Revolução[4] foi marcada por uma certa brutalidade, de um lado e do outro, e por debates vigorosos.

A adesão à IVª Internacional não era evidente para mim no início, mas fui convencido pela ideia de que devemos assumir uma história, uma identidade, ancorarmo-nos... Deste ponto de vista, Sami Naïr mostrou-se mais convincente do que os militantes da IVª, que não eram bons proselitistas! A lógica era simples. O capital é mundial. É preciso opor-lhe um internacionalismo não somente teórico, como também prático. Existe uma IVª Internacional que é modesta, pequena, que tem os defeitos da sua pequenês. Mas ela não desmereceu o seu nome. Entrando, íamos dar um golpe de juventude.

Instintivamente, o que nos guiou, parece-me, foi a ideia de que era preciso aguentar. Do ponto de vista do que éramos em termos de composição social, o desafio não era pequeno e o resultado improvável. Mas ainda estamos lá.

Critique Communiste: Este medo de uma possível dispersão da organização era muito premente?

Daniel Bensaïd: Sim! Parece-me que podemos dizer sobriamente que o entrismo dos anos 1950, que não me agrada particularmente, pôde representar, apesar de tudo, um princípio de realidade, mesmo tendo por contrapartida uma descontinuidade organizativa e de direção. Sem esta familiaridade do interior do movimento operário, sem este conhecimento da sua realidade e da sua história, uma evaporação deste grupo estudantil teria podido ocorrer. Viver como uma componente do movimento operário, ter interiorizado a ideia de que éramos uma dissidência do movimento comunista enquanto organização trotskista, foi isso que criou um laço com o movimento operário. Um princípio de realidade que impunha certos limites que podemos ver que foram decisivos quando observamos certos delitos e certas derivas maoístas.

Notas:

[1] Bensaïd, Daniel e Weber, Henri (1968). *Mai 1968: une répétition générale*. Paris: François Maspero.

[2] Cf. “Mai 1968, première phase de la révolution socialiste française”, número especial da Quatrième Internationale, julho de 1968.

[3] Daniel Bensaïd e Samy Naïr, “À propos de la question de l’organisation: Lénine et Rosa Luxemburg”, *Partisans*, n.º 45, dezembro de 1968-janeiro de 1969.

[4] O Grupo Revolução foi criado em 1971, depois de ter cindido da Liga Comunista, a que alguns dos seus membros voltaram mais tarde.